

Iniciativas Legislativas 2022

Lista de iniciativas legislativas que envolvem o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), tanto na respetiva preparação como através da emissão de pronúncia, relativamente à regulação do setor financeiro.

I – Iniciativas em curso em março de 2022

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Regulamento (UE) 2019/834 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 (EMIR) no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações	Medidas de execução em análise.	CNSF
Regulamento (UE) 2019/1238 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP)	Os anteprojetos legislativos destinados a assegurar a sua execução na ordem jurídica nacional foram enviados ao Ministério das Finanças em 18 de fevereiro de 2022.	CNSF
Diretiva (UE) 2019/2162 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativa à emissão de obrigações cobertas e à supervisão pública dessas obrigações e que altera as Diretivas 2008/65/CE e 2014/59/UE (covered bonds)	O anteprojeto legislativo de transposição foi remetido ao Ministério das Finanças em 16 de abril de 2021.	CNSF

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Regulamento (UE) 2019/2160 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019 que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às posições em risco sob a forma de obrigações cobertas (covered bonds)	As medidas de execução do Regulamento constam do anteprojeto legislativo de transposição da Diretiva remetido ao Ministério das Finanças em 16 de abril de 2021.	CNSF
Regulamento (UE) 2021/23 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo ao regime da recuperação e resolução das contrapartes centrais (CCP) e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1095/2010, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014, (UE) n.º 806/2014 e (UE) 2015/2365, e as Diretivas 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2007/36/CE, 2014/59/UE e (UE) 2017/1132	Medidas de execução em análise.	CNSF
Regulamento (UE) 2021/168 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de fevereiro de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que respeita à isenção de determinados índices de referência de taxas de câmbio à vista de países terceiros e à designação de substitutos para determinados índices de referência em cessação e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012	Medidas de execução em análise.	CNSF
Regulamento (UE) 2021/557 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada , a fim de apoiar a recuperação da crise da COVID-19	Medidas de execução em análise.	CNSF

II – Processos concluídos entre março de 2021 e março de 2022

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Calendarização	Envolvimento
Diretiva (UE) 2019/2177, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2019, que altera a Diretiva 2009/138/CE relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros e a Diretiva (UE) 2015/849 relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos do branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo		
Regulamento (UE) 2019/2175 do Parlamento Europeu e do Conselho de 18 de dezembro de 2019 que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Bancária Europeia); o Regulamento (UE) n.º 1094/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma); o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados); o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros; o Regulamento (UE) 2016/1011 relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento; e o Regulamento (UE) 2015/847 relativo às informações que acompanham as transferências de fundos	O Decreto-Lei n.º 56/2021, de 30 de junho, procede à transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva (UE) 2019/2177, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2019; e à adaptação da ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2019/2175, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2019.	CNSF

Descrição sumária	Calendarização	Envolvimento
Diretiva (UE) 2019/2034 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019 relativa à supervisão prudencial das empresas de investimento e que altera as Diretivas 2002/87/CE, 2009/65/CE, 2011/61/UE, 2013/36/UE, 2014/59/UE e 2014/65/UE Diretiva (UE) 2021/338 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2021, que altera a Diretiva 2014/65/UE (DMIF II) no respeitante aos requisitos de informação, à governação dos produtos e aos limites às posições, e as Diretivas 2013/36/UE (CRD IV) e (UE) 2019/878 (CRD V) no respeitante à sua aplicação às empresas de investimento, a fim de contribuir para a recuperação na sequência da crise de COVID-19	O Decreto-Lei n.º 109-H/2021, de 10 de dezembro aprova o regime das empresas de investimento e procede à transposição de diversas diretivas relativas ao seu funcionamento e da Diretiva Delegada (UE) 2021/1269. O artigo 64.º n.º 5 da Diretiva (UE) 2019/2034 foi transposto no artigo 222.º-A do Código de Valores Mobiliários.	CNSF

B. Outra legislação

Descrição sumária	Calendarização	Envolvimento
Consagração do direito ao esquecimento em relação a pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, melhorando o seu acesso ao crédito e a contratos de seguro	O regime jurídico que reforça o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado ou mitigado situações de risco agravado de saúde ou de deficiência, proibindo práticas discriminatórias e consagrando o direito ao esquecimento, foi consagrado pela Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro,	Audição do CNSF

Descrição sumária	Calendarização	Envolvimento
Revisão do Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa	que altera a Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, e o regime jurídico do contrato de seguro. A alteração ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aos estatutos da Comissão do Mercado, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa foi aprovada pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de dezembro.	Audição do CNSF
Alteração do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria e do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas		
Regime de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e proteção dos consumidores	O regime de prevenção e combate à atividade financeira não autorizada e proteção dos consumidores foi aprovado pela Lei n.º 78/2021, de 24 de novembro.	Parecer do CNSF